



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REQUERIMENTO Nº 64 , DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, para debaterem a possível fraude no Processo Administrativo INCRA nº 54370000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe, que sejam convidados os Srs:

- 1. Rosivan Machado da Silva, brasileira, magistrada, residente na Rua Getúlio Vargas, nº 482, Povoado Brejão, Brejo Grande/SE - telefone: (79-8833-4045 ou 79-9972-2116)**
- 2. José Fausto Santos, brasileiro, pescador, residente na Rua Getúlio Vargas, Povoado Brejão, Município de Brejo Grande/SE - telefone (79-9824-3937).**
- 3. Manfredo Goes Martins, brasileiro, aposentado, produtor rural, residente Rua Juventina Alves, 653, Edifício Vila da Praia, Aptº 904, Aracaju/SE - telefone (79-9964-9374).**

JUSTIFICAÇÃO



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

O povoado Brejão, no Município de Brejo Grande/SE, possui mais de dois mil moradores e foi certificado como sendo Comunidade Quilombola a pedido de 05 pessoas (José Fausto Santos foi um dos requerentes) reunidas pelo Padre Isaías Carlos Nascimento Filho (ligado ao PT e líder do MST na região), contudo sem o conhecimento da população. A Fundação Palmares possui Portaria exigindo decisão da maioria dos moradores da comunidade, registrada em ata com lista de presença (o que não foi observada).

De posse da certidão da Fundação Palmares o INCRA cadastrou 299 famílias para receber cestas básicas e utilizou o cadastro indevidamente, juntando-o ao processo administrativo declarando que estas pessoas eram quilombolas. Descoberto o cadastro, mais de duzentas das pessoas cadastradas afirmaram que nunca se declararam quilombola e aquilo era uma fraude. O fato foi noticiado na imprensa e comunicado ao INCRA e a outros órgãos através de abaixo assinado.

Foi criada uma associação quilombola (com poucos moradores) e o Padre passou a divulgar na imprensa que estava sendo ameaçado de morte por fazendeiros, junto com trabalhadores rurais e líderes da associação.

Nunca se confirmou qualquer ameaça e houve denúncia de que estas notícias eram falsas, para provocar audiências públicas e criar a falsa imagem de conflito agrário na região. Servidores do INCRA faziam ofícios para a Ouvidoria Agrária Nacional dando ares de verdade a estas falsas denúncias. A Deputada Estadual do PT (Ana Lúcia) também divulgou que estava sendo ameaçada por fazendeiros porque acompanhava a luta do padre na região (nunca apontou fato concreto). O Ministério Público Federal exigia pressa no laudo antropológico por conta de um possível "conflito".



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

A Câmara de Vereadores reuniu a população em audiência pública, colheu as denúncias de fraude e oficiou INCRA, MPF, Ouvidoria Agrária e outros órgãos. A Assembleia Legislativa também fez as mesmas denúncias, após audiências públicas. Não há informação sobre apuração.

Servidores do INCRA divulgaram ameaças de morte (também nunca confirmadas) e pediram força policial ilegalmente usada para expulsar posseiros nativos de uma área desapropriada (Fazenda Batateiras) para fins de reforma agrária (estes posseiros eram os beneficiários do imóvel). Esta propriedade foi ilegalmente entregue à Associação Quilombola pelo INCRA (verbalmente) para explorar e lá foi construído um conjunto habitacional com recursos públicos e distribuídas casas a pessoas que em sua maioria possuem imóveis, sendo critério para recebê-lo integrar o movimento quilombola.

Servidores do INCRA também expulsaram ilegalmente posseiros nativos de outra área tida como da União (Fazenda Resina) para entregar à associação quilombola.

O Serviço de Patrimônio da União (a pedido da Padre e pressionado pelo MPF e INCRA) declarou todo o Município de Brejo Grande como área da União (para entregar aos quilombolas), em processo administrativo que não localizou a linha preamar. Uma ação judicial movida por proprietária (Ana Catarina Martins) suspendeu os efeitos desta decisão administrativa.

Tudo isto foi feito sem que existisse estudo antropológico. Foi denunciado à Polícia Federal, Ministério Público Federal e INCRA, entre outros órgãos, desde 2011, mas não se tem notícia de apuração. Servidores do INCRA continuam praticando ilegalidades e o Município de Brejo Grande está em vias de acabar (mais da metade do seu território está inserido na área quilombola). O laudo antropológico foi concluído e a antropóloga afirma que a comunidade é quilombola, citando fontes históricas não verdadeiras



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

e usando declarações de pessoas que diz não poder identificar porque são ameaçadas de morte. Afirma que foi impedida de realizar os trabalhos de campo porque também sofreu ameaças (nenhuma confirmada e nem registrada).

Ante o exposto, conclamo os nobres Pares a aprovarem o presente requerimento, para que esta Comissão se reúna em audiência pública e tome conhecimento das reais necessidades que enfrenta o Município de Brejo Grande, no Estado de Sergipe.

Sala da Comissão, de setembro de 2015.

Senador RONALDO CAIADO
DEM/GO